

Governos desorganizados

» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF,
Jornalista



Todos os governos são desorganizados, mesmo aqueles que têm a aparência mais monolítica. Passei, anos atrás, pelo Checkpoint Charlie, em Berlim, ainda dividida pelo muro, sob olhos atentos de soldados soviéticos armados que revistavam as pessoas com cara de poucos amigos e passavam espelho debaixo do veículo. A impressão é de que aquele regime, fortíssimo, iria perdurar por séculos. Tudo funcionava com impressionante qualidade, horário e eficiência.

De um dia para outro, o muro caiu, e a Alemanha Comunista, ou República Popular da Alemanha, deixou de existir. Sumiu. Foi tragada pela história. Dela, só restam a memória e alguns veículos Trabant, vendidos como relíquia. Do muro, resistiram alguns pedaços, negociados à guisa de lembrança. Uma amiga passou por Berlim, trouxe alguns pedaços do monumento ao comunismo e colocou na sala de casa. A arrumadeira jogou tudo no lixo. Achou que era resto de alguma obra.

É necessário, portanto, ter alguma desconfiança sobre aquilo que é mostrado no terreno da política. Os olhos enganam, a mente trapaceia e há uma propensão do ser humano a custar a perceber o que enxerga. Alguns não conseguem simplesmente entender. A Constituinte brasileira de 1988 começou a funcionar quando a guerra fria estava perto do fim e o conflito no Leste-Oeste começava a sair de moda. O muro foi derrubado em novembro de 1989. Naquela época, houve quem enxergasse até, por exagero, o fim da história.

A história não parou e, agora, o mundo se vê de novo diante de situações muito semelhantes às de cem anos atrás. Os constituintes não podiam entender que viviam em um momento de profunda mudança política e econômica. O Brasil estava saindo de um regime militar forte, centralizado, que cometeu erros profundos. Trabalhou com base na tese de que a presença do governo na economia era imprescindível. Surgiram diversas empresas estatais. A esquerda, curiosamente, participa do mesmo pensamento. Na época, foi criada a reserva de mercado para informática, com o objetivo de favorecer empresas brasileiras do setor, defendida pela direita e pela esquerda. A consequência foi o aumento do contrabando.

Os tempos mudam e encenam algum retorno. A guerra da Ucrânia se parece bastante com a guerra civil espanhola, nos anos 30 do século passado. Foi o momento em que as grandes potências da época testaram as principais armas de ataque para matar espanhóis em nome de alguma ideologia. Depois, ocorreu a guerra total, que se concluiu com a destruição da Alemanha e as bombas atômicas de Hiroshima e Nagasaki. Mais de 50 milhões de mortos. As pessoas esquecem, ou não conhecem o passado. Revisita-lo só deveria acontecer por intermédio dos livros. Mas uma direita violenta e antidemocrática emerge com força na Europa e nos Estados Unidos. À primeira vista, trata-se de uma reação às correntes migratórias ocasionadas pela pobreza na América Central e pelas guerras no Oriente Médio e na própria Europa. É apenas um argumento. Fundamental é necessário encontrar o inimigo interno ou externo.

Era raro encontrar algum parlamentar, durante a Constituinte de 1988, que se declarasse de direita,

porque significava estar ao lado dos governos militares. Agora, ao contrário, sobram direitistas que pretendem retornar aos tempos do AI-5. Provavelmente, não sabem do que estão falando. E o governo brasileiro, comandado pelo PT, não consegue se desvincular daquelas ideologias que prosperaram nos anos 70. É necessário ter olhos de ver e ouvidos de ouvir. O PT já experimentou a decepção com os governos de Dilma Rousseff. Desastre monumental.

Volto ao início. Todos os governos são desorganizados. O de Lula não foge à regra. Ministros brigam, desentendem-se, há interesses ocultos e muita gente que simula caminhar na mesma direção. Existe, sempre, um núcleo que comanda o governo, traça as principais diretrizes e tenta obter resultados. No caso brasileiro atual, não existem diretrizes conhecidas, sobram desgastes em relação à condução da economia. O governo não

tem plano, nem persegue nenhuma meta específica. O dólar sobe e a bolsa despenca. O mercado fica nervoso e o presidente precisa vir a público garantir que o ministro Haddad permanece no seu lugar. Está prestigiado.

Está faltando governo no Brasil. No sentido de ser vanguarda, propor soluções inteligentes e desafiadoras. O brasileiro precisa sair da província e entender que o mundo está em mudança e que, só com o próprio esforço, poderá superar suas chagas. É bom lembrar que, há exatos 50 anos, o Brasil restabeleceu relações diplomáticas com a China, contra a opinião dos mesmos militares e civis que, agora, querem retornar ao autoritarismo. Os chineses tinham Produto Interno Bruto inferior ao do Brasil naquela época. Hoje, eles são a segunda economia do mundo, às vésperas de se tornarem a primeira.

Fazendo escolhas

» CARLOS RODOLFO SCHNEIDER
Empresário

Grosso modo, existem duas correntes de pensamento quando são discutidos os assuntos crescimento econômico e equilíbrio fiscal. De um lado, aqueles que pregam que é preciso crescer para resolver os problemas do país, o que normalmente vem acompanhado de aumento de gastos públicos, estímulo ao consumo, crescimento de déficit público e da dívida pública. E, na sequência, esse grupo defende a busca do equilíbrio fiscal pelo aumento da arrecadação, o que marginalmente pode vir do combate à sonegação, mas preponderantemente resulta em aumento da carga tributária. O que significa aumento da participação do Estado na economia e na redução da produtividade, dada a menor eficiência do gasto público em relação ao gasto do setor privado.

De outro lado, os que defendem que é preciso resolver os problemas do país para podermos crescer, ou que, na medida em que formos resolvendo os principais problemas, principalmente os estruturais, que comprometem a produtividade da economia, conseguiremos construir uma trajetória de crescimento mais robusta e sustentável, evitando os constantes altos e baixos, traduzidos nos já muito conhecidos voos de galinha. Defendem que, se o crescimento da demanda, induzido pelo aumento do gasto público ou do estímulo ao crédito, não for acompanhado pela expansão da oferta, isso gerará aumento da inflação e forte pressão por importações. E essa vertente, por sua vez, defende a busca do equilíbrio fiscal pela contenção do gasto público, o que aumentaria a eficiência na alocação dos recursos disponíveis. Estudos indicam que não faltam exemplos de países bem-sucedidos que seguiram esse caminho.

O arcabouço fiscal, aprovado no ano passado em substituição ao teto dos gastos para disciplinar a política fiscal do país, busca principalmente garantir o crescimento constante dos gastos públicos amparado por aumento de arrecadação. Por outro lado, não tem sido só o poder Executivo a pressionar por mais gastos, mas também os poderes Legislativo e Judiciário. Então, quando o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, reclama sobre a existência de despesas no orçamento, criadas pelos outros poderes, sem a correspondente cobertura de receitas, e que o resultado das contas públicas depende de decisões dos Três Poderes da República e não apenas do Executivo, ele tem razão.

Mas quando, na sequência, o ministro se queixa do Congresso por não aprovar determinadas propostas de aumento de tributos e atribui aos parlamentares a responsabilidade por apresentar alternativas para aumentar receitas, ele não tem razão. Em primeiro lugar, porque a carga tributária no Brasil já é muito elevada, a mais alta entre os países em desenvolvimento. Em segundo, porque existe o outro lado da moeda para buscar o equilíbrio das contas, que é o da redução das despesas, pouco explorada e muito mais saudável para a eficiência e competitividade da economia.

O caminho da redução dos gastos tende a ser politicamente mais desafiador. De um lado, os chamados gastos tributários, que são os privilégios, regimes tributários especiais, isenções, obtidos por grupos de pressão, beneficiando regiões, setores ou até empresas específicas, que custam aproximadamente 4% do PIB. E a discussão da Reforma Tributária vem sendo campo fértil para a garantia de novos privilégios, como já vimos no texto aprovado da Emenda Constitucional 132 e,

certamente, será na regulamentação da reforma que se inicia no Congresso Nacional. De outro lado, categorias, especialmente de servidores públicos, que conquistam benefícios absolutamente distantes da realidade do país, que se transformam em direitos adquiridos, muitas vezes protegidos pela própria Constituição.

Outra grande barreira para a busca do equilíbrio fiscal pela via da redução do gasto é o engessamento do Orçamento Público. Em 2022, por exemplo, as despesas obrigatórias representaram 91% dos gastos primários do governo federal, que excluem os encargos financeiros. Quase 80% dessa conta no Brasil são os gastos previdenciários e com a folha de pagamentos dos três níveis de governo dos três Poderes, contra algo em torno de 60% em outros países. E esses números tendem a se agravar com o reajuste do salário mínimo acima da inflação, pelo forte impacto nas contas da Previdência e nos benefícios de prestação continuada. Por isso, é fundamental rever as regras do orçamento público, reduzindo gastos obrigatórios, dando espaço para que uma Reforma Administrativa possa reduzir o custo da máquina — hoje, próximo de 20% do PIB — e viabilize o aumento dos investimentos públicos, importantes para transformarmos o nosso potencial em crescimento efetivo.

Devemos buscar construir um Estado forte pela eficiência e não grande pela obesidade. Gastos mais eficientes permitiriam a busca do equilíbrio fiscal num nível mais baixo de despesas, único caminho para a redução da carga tributária e a interrupção de um processo perverso de extração de recursos da sociedade para custear a ineficiência pública. Precisamos aprimorar a nossa capacidade de fazer escolhas.

Um lamento pelo empobrecimento da ética política

» WILSON PEDROSO
Consultor eleitoral e analista político com
MBA nas áreas de gestão e marketing

Os recentes embates, físicos e verbais, entre parlamentares nas dependências da Câmara Federal nos mostram muito sobre o que a política não deve ser. Sou do tempo em que as discussões político-partidárias eram sinônimo de enfrentamento com queda de braços exclusivamente no campo das ideias. As batalhas de antes, puramente ideológicas, eram importantes e saudáveis para o fortalecimento do país. Tenho a opinião de que situação e oposição devem se enfrentar sempre, mas apenas por meio dos debates, de forma que as discussões possam resultar em melhores políticas públicas, em favor da população, e em uma democracia mais sólida. Mas, muitas vezes, não é isso o que temos presenciado no Brasil. O discurso de ódio e a polarização raiosa estão extrapolando limites e nos guiando por um caminho perigoso, em que insultos e agressões começam a ser cada vez mais comuns.

É por esse motivo que assisto com verdadeiros constrangimentos às cenas que mostram deputados federais partindo para o confronto em Brasília. O mais recente tumulto, que ironicamente ocorreu durante sessão da Comissão de Ética da Câmara, contou com variados xingamentos, empurra-empurra e até ameaças de briga fora do Congresso. Para colocar fim ao episódio, a segurança da Casa teve de agir e pelo menos um dos envolvidos precisou de escolta.

Tão lamentável quanto as cenas de desrespeito protagonizadas pelos parlamentares, dentro de uma das casas mais importantes do Poder Legislativo, é o fato de o confronto ter sido gravado por diversas pessoas presentes. Em meio ao clima de tensão, os assessores tiveram a frieza de ligar as câmeras de seus celulares e fazer as filmagens que viralizaram nas redes sociais, em grupos de aplicativos de conversas e na imprensa.

Ou seja, nos dias atuais, há quem esteja mais preocupado com a exposição midiática e com as curtidas nas redes sociais do que com os valores éticos que o exercício dos cargos eletivos exige. É um processo vergonhoso de empobrecimento da política nacional, em razão da necessidade de “lacrção”, como diz a gíria do ambiente virtual.

O grande problema é que o caso não é isolado, sendo que situações de semelhante desmoralização não são raras na Câmara. Mas a enorme repercussão negativa em torno do último ocorrido exigiu reação do presidente Arthur Lira. Certamente, ele se viu pressionado pelas manchetes sobre “baixaria” na Casa, somadas ao fato de que as pesquisas de opinião têm mostrado má aprovação do Congresso junto à opinião pública.

Diante do clima insustentável, no início da semana passada, Lira apresentou um projeto de resolução que muda o regimento interno da Casa e autoriza a Mesa Diretora a aplicar punições aos deputados que vierem a incorrer em atos de flagrante quebra do decoro parlamentar. A proposta tramitou em regime de urgência, que dispensa a análise das comissões e permite que o texto siga direto para a votação em plenário, o que aconteceu já no dia seguinte.

O projeto sofreu com algumas modificações, permitindo à Mesa Diretora apenas o encaminhamento de proposta de suspensão dos mandatos ao Conselho de Ética, a quem caberá a decisão. A análise do pedido deve ser feita no prazo de 72 horas e o afastamento poderá ser de até seis meses. A proposta foi aprovada, por 400 votos favoráveis e 29 contrários, mas gerou polêmica e diversos deputados, tanto de direita quanto de esquerda, fizeram protestos acalorados.

O projeto aprovado não mudou as condutas classificadas como quebra de decoro, mas apertou o cerco aos brigões com punições mais radicais. Os parlamentares que votaram contra temem que seus mandatos, conquistados a partir do voto popular, de repente, fiquem nas mãos dos integrantes da Mesa Diretora e do Conselho de Ética. E eles estão certos, essa não pode ser uma ferramenta de ameaça ou de uso político do regimento. Mas o fato é que Lira precisava dar uma resposta aos brasileiros e colocar freio às confusões dentro da Casa que preside.

É triste que o Brasil tenha chegado a tal ponto. Esta é a nova política? Lamento. Torço para que a nova redação do regimento, mais rígida e punitiva contra as agressões físicas e verbais, surta efeito. Tenho esperança ainda de que as condutas com exageradas reações jamais sejam normalizadas e que os eleitores nunca deixem de se indignar. Somente eles podem exigir da classe política o respeito que o país merece.